



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
26.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
1 de 25

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

- [UM RETORNO PERIGOSO – O Popular](#)
- [CIÊNCIA QUE IMPULSIONA GOIÁS - O Popular](#)
- [A CULPA QUE NÍSIA NÃO TEM – Folha de São Paulo](#)
- [OS ADVOGADOS SÃO O PROBLEMA? - Folha de São Paulo](#)
- [CASO MARIANA: A AMBIGUIDADE COLONIAL - Folha de São Paulo](#)
- [BOLSONARO ASSOCIA TURMA DO STF A 'CÂMARA DE GÁS' E DIZ QUE PODE MORRER NA PRISÃO - Folha de São Paulo](#)
- [MUSK VOLTA A ATACAR MORAES E COGITA SANÇÕES A MINISTRO DO STF - Folha de São Paulo](#)
- [ZANIN INCLUI MAIS UM GABINETE DO STJ EM INQUÉRITO SOBRE VENDA DE SENTENCAS - Folha de São Paulo](#)
- [STJ ADMITE TEMPO DE PRISÃO TEMPORÁRIA PARA BENEFÍCIO DE INDULTO NATALINO – O Hoje](#)
- [ANÁLISE: LULA ESTÁ COMO ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS – Correio Braziliense](#)
- [GOVERNO ANUNCIA VACINA 100% NACIONAL CONTRA A DENGUE - Correio Braziliense](#)
- [VISÃO DO CORREIO: GOVERNO E BC COM EMBATES NA AGENDA - Correio Braziliense](#)
- [DECISÕES DA JUSTIÇA DE SÃO PAULO AUTORIZAM BLOQUEIO DE CRIPTOMOEDAS DE DEVEDORES – Valor Econômico](#)
- [STF SUSPENDE HONORÁRIOS DE R\\$ 233 MILHÕES - Valor Econômico](#)
- [DESTAQUE - Valor Econômico](#)
- [O NECESSÁRIO COMBATE À ADVOCACIA PREDATÓRIA - Valor Econômico](#)
- [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 26.02.2025 – PÁG. 3

Um retorno perigoso

Flúvia Pereira Amorim da Silva

O ser humano tende a se habituar com certas situações e quando faz isso, para de temer, atribuindo algo potencialmente "assustador" à uma perspectiva do dia a dia. Há décadas convivemos com as altas e baixas de casos de dengue. A doença, endêmica para o Brasil, alterna entre períodos epidêmicos com seus quatro tipos de vírus, os sorotipos DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4.

Apesar da aparente familiaridade que o brasileiro tem com o agravo, a vigilância epidemiológica está preocupada com o ressurgimento recente do sorotipo 3 do vírus da dengue no Brasil, que há mais de 15 anos não causava epidemias no país. Um retorno perigoso para todos nós. E qual é a justificativa para tanta preocupação? A infecção por um desses sorotipos gera imunidade contra o mesmo, mas é possível contrair dengue novamente se houver contato com um sorotipo diferente. O risco de uma epidemia com o retorno do DENV-3 ocorre pela baixa imunidade da população, pois poucas pessoas contraíram esse vírus desde as últimas epidemias registradas no começo dos anos 2000.



Outra preocupação é a dengue grave, que pode acontecer com mais frequência em pessoas que já tiveram a doença e são infectadas novamente, por outro sorotipo. A dengue é uma doença viral transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti* e que representa um desafio constante para a saúde pública no Brasil. Em 2025, a situação epidemiológica em Goiás tem sido marcada pela circulação predominante do sorotipo 2, o mesmo que causou a epidemia de 2024. No entanto, a possibilidade da reintrodução do sorotipo 3 no estado acende um alerta para as autoridades de saúde e a população. No ano passado, foram identificados casos em três municípios de Goiás: Goiatuba, Jataí e Rio Verde, com todos os pacientes evoluindo para cura.

Neste ano, outros 2 casos de Dengue 3 foram registrados em Anápolis, relativos a pacientes do Mato Grosso. Mais dois casos foram verificados, sendo um de Cumari e o outro de Jataí. Até o momento, nenhum óbito foi identificado por dengue 3 no estado pela vigilância epidemiológica. E assim como a doença, a prevenção é uma antiga conhecida da população. Ouvimos as recomendações há anos: é preciso evitar que o mosquito nasça, e para isso evitar o acúmulo de água, já que qualquer recipiente que acumule água pode se tornar um criadouro. O poder público, assim como a população, tem seu papel: manter a cidade limpa e cuidar adequadamente dos lotes, praças e resíduos sólidos. O monitoramento não pode parar, bem como o atendimento correto e hidratação dos pacientes nas unidades de saúde. O momento não é de apontar dedos, mas sim de dar as mãos.

A combinação de esforços individuais, comunitários e governamentais é a chave para controlar a disseminação da doença e proteger a saúde de todos. A dengue é um problema que exige vigilância constante e ação coletiva. Somente com a participação de todos será possível evitar que o sorotipo 3 cause um novo surto em Goiás e no Brasil.

Ciência que impulsiona Goiás

Marcos Fernando Arriel



Goiás tem apostado na ciência, tecnologia e inovação como instrumento de transformação para alcançar o desenvolvimento socioeconômico. O orçamento para o fomento ao setor, especificamente para Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás, tem crescido nos últimos anos e em 2025 será R\$ 125,7 milhões, somados os recursos do tesouro estadual e convênios. A escalada de investimentos nos últimos seis anos não é apenas uma questão de números, mas sim um sinal que a ciência se tornou uma política de Estado.

Em comparação a 2024, quando foram investidos R\$ 118,1 milhões, o crescimento do orçamento reforça a posição estratégica da pesquisa para o desenvolvimento econômico e social de Goiás. Esse avanço posiciona o Estado em um patamar de liderança, permitindo a expansão de editais, o financiamento de novas tecnologias e a estruturação de centros de excelência em diversas áreas. Num retrospecto, entre 2019 e 2024, foram aplicados R\$ 278 milhões no fomento à ciência e inovação em Goiás. O Centro de Excelência em Inteligência Artificial (CEIA), por exemplo, já mobilizou mais de 780 pesquisadores e direcionou R\$ 305 milhões para inovação, desenvolvendo soluções para áreas estratégicas como saúde, energia e agroindústria.

O potencial agroindustrial de Goiás também ganha novo impulso com investimentos robustos. O Estado já abriga centros de excelência como o Ceagre (Agricultura Exponencial) e o Cebio (Bioinsumos), estruturados para fortalecer a inovação no setor que mais impulsiona a economia goiana. A conexão entre pesquisa e agronegócio, além de resultar em maior eficiência produtiva, leva, em paralelo, ao desenvolvimento de biotecnologias sustentáveis e soluções para desafios climáticos. O investimento direto em pesquisadores também reflete esse compromisso. Em 2025, a Fapeg ampliará o número de bolsas de pós-graduação e lançará novas Bolsas de Excelência para Mestrandos e Doutorandos, retendo e atraindo talentos e consolidando Goiás como um polo de pesquisa de ponta. O reajuste de 10% nas bolsas de mestrado e doutorado, acima dos valores concedidos pela Capes, do Governo Federal, reafirma o compromisso do estado com a formação científica e a retenção de pesquisadores altamente qualificados.

Desde 2019, Goiás redefiniu seu papel no cenário científico nacional, elevando o investimento em pesquisa ao nível de prioridade orçamentária e estratégica. O governo estadual adotou uma abordagem de gestão fiscal responsável e tecnicamente estruturada, assegurando que o recurso investido gere impacto real na inovação e na competitividade do Estado. Os sucessivos recordes de investimento em ciência, tecnologia e inovação vêm fortalecendo todo um ecossistema, composto por escolas, universidades, institutos de pesquisa, empresas e setor público, pavimentando um caminho de crescimento sustentável e protagonismo nacional para o Estado. Goiás fez a sua escolha: investir no conhecimento como o mais sólido, duradouro e transformador dos ativos.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 26.02.2025 – PÁG. A3

A culpa que Nísia não tem

A desaprovação do governo é fruto do conjunto de uma obra mal concebida pelo presidente

Dora Kramer

A troca de ministros é prerrogativa do presidente da República, assim como a escolha de auxiliares é da responsabilidade dele. Portanto, quem errou não foi Nísia Trindade, mas quem a nomeou para comandar a pasta da Saúde sem incluir a cláusula de vitrinista no contrato. Profissional experiente e respeitada na área, foi chamada justamente pelo prestígio acumulado. Se esperava que ela tivesse também predicados marqueteiros, Luiz Inácio da Silva (PT) equivocou-se de pessoa.



A imagem mostra duas pessoas sentadas em um evento oficial. À esquerda, um homem com cabelo grisalho e barba, vestindo um terno escuro e gravata, está com a cabeça baixa e as mãos cruzadas. À direita, uma mulher com cabelo escuro e liso, vestindo uma blusa cinza, está olhando para frente com uma expressão séria. Ao fundo, há bandeiras do Brasil e um grande símbolo nacional.

Uma vez constatada a distância entre a expectativa e a performance, uma substituição seria natural não fosse a forma grosseira no andamento da decisão. A ministra se viu exposta no noticiário municiado com a lista dos casos em que teria falhado, como se fosse dela a culpa pelo tombo na popularidade de Lula. Exemplos fornecidos pelo governo que, assim, encaminhava o descarte. Competente em seu campo de atuação, Nísia recebeu o carimbo de incompetente por não ter sabido fazer o que nunca disse que saberia: política, um universo movido a máquinas de moer carne para quem não é do ramo.

Nísia Trindade entrou numa fria. É possível que tenha se arrependido, mas a deselegância do tratamento fica na conta de Lula que, ao perceber o mal-estar, fez circular a versão de que se aborreceu com o vazamento de informações sobre demissões de ministros. Mais uma vez a tentativa de tirar o corpo fora. Sem sucesso, pois apenas reforça a ideia de um governo onde reina a bateção de cabeça. Sendo real a queixa, temos um presidente que admite não ter controle sobre a própria equipe. Ainda assim, aos primeiros rumores ele poderia ter barrado a ofensiva e não o fez. Lula deixa correr frouxa a boataria sobre sua insatisfação com o desempenho de ministros porque lhe é conveniente atribuir culpas ao alheio pela desaprovação do governo, cujas falhas não são isoladas. Trata-se do conjunto de uma obra mal concebida e mal executada, que não será consertada mediante o acionamento pontual do maçarico palaciano.

Os advogados são o problema?

E os economistas? São solução para equilibrar os advogados faladores e os generais fortões?

Deirdre Nansen McCloskey



Ambos os nossos países são governados principalmente por advogados. É melhor do que se fossem governados por soldados, como o Egito. Os soldados não gostam de diálogo ou discussão. Os advogados adoram. Um governo de diálogo é muito melhor para o florescimento humano do que um governo de ordens. Os seres humanos evoluíram no sudeste da África em pequenos bandos de caçadores-coletores com menos de 20 pessoas. Os caçadores-coletores prezam a liberdade de expressão e de ação. Para usar o vocabulário de três itens do grande Albert Hirschman, num pequeno grupo é fácil dar "voz" às opiniões ou, se isso não funcionar, "sair". Isso é liberdade.

Mas os humanos também desenvolveram uma "lealdade" contrária a um líder carismático, o sujeito que gosta de comandar sem discutir. Agora mesmo, nos EUA, Donald Trump, Elon Musk e companhia estão testando o modelo de comando. Reze para que o porrete de comando, o Exército, não se envolva. Os brasileiros sabem como isso funciona. Mas e os economistas? Certamente meus amados colegas são a solução para equilibrar os advogados faladores e talvez até os generais fortões, hein? Teremos engenharia social, que há um século os economistas afirmam que podem entregar em detalhes.

Você sabe o que vou dizer: depende de quais economistas. Muitos, desde Keynes, acreditam que uma sociedade de 211 milhões ou 335 milhões de almas é facilmente estruturada por economistas especializados. Eles são os parceiros perfeitos para os generais, ou pelo menos para os chefes eleitos. É por isso que a economista estatista Mariana Mazzucato é tão popular entre os políticos brasileiros. E é por isso que o economista estatista Joseph Stiglitz elogiou durante tanto tempo a destruição de cima para baixo da Venezuela por Chávez e Maduro.

É melhor recrutarmos os economistas que não acreditam em milagres de previsão e controle —milagres alegremente assumidos como fatos diários no Banco Central ou na divisão antitruste do Ministério da Justiça. Os poucos economistas liberais-essenciais acreditam, em vez disso, que a maior parte do conhecimento sobre o que você quer comer no almoço, ou qual computador é melhor para seu escritório, ou que quantia e tipo de dinheiro você prefere, está localizada onde você está, não em Brasília ou Washington. Quando esse tipo de economista começa a trabalhar, como o grupo de desregulamentação de Milei na Argentina, a liberdade de falar ou sair se expandirá, e os perigos autoritários da lealdade ao Estado, como as tentativas prepotentes de fazer os brasileiros se calarem, diminuirão.

Os advogados, quando não estão trabalhando para os autoritários, falam sobre justiça. Justiça é uma virtude que olha para trás, retrospectiva. Ela pergunta: é justo que Jair Bolsonaro seja preso por seu comportamento passado? A prudência é uma virtude prospectiva. Ela pergunta: como podemos impedir futuras ameaças a "Ordem e Progresso"? Os economistas são especialistas em prudência. Você não pode entender a economia

se não perceber que ela tem tudo a ver com o futuro, não com o passado. Mas precisamos de justiça e prudência. Precisamos de advogados e economistas não autoritários.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 26.02.2025 – PÁG. A4

Caso Mariana: a ambiguidade colonial

Qualquer neófito em direito, ao ler os contratos firmados entre escritório londrino e municípios brasileiros, percebe que algo está fora de lugar

Gilberto Bercovici

Reportagem recentemente publicada na Folha ("Mariana: Quem desistir de ação em Londres terá de indenizar escritório", 13/2) dá-nos conta de que o escritório de advocacia Pogust Goodhead —que representa vítimas e municípios atingidos pelo rompimento da barragem do Fundão, em Mariana (MG), perante os tribunais de Londres— endereçou uma carta aos clientes brasileiros para recordá-los de que, em caso de desistência do litígio na corte britânica, terão de indenizá-los.



A ambiguidade do discurso colonial é realmente extraordinária. Publicamente, intervenções grandiloquentes de que as ações na Inglaterra buscam ensinar as empresas a priorizar a segurança em detrimento do lucro. Na esfera privada, porém, notificações duras aos clientes destinadas a evitar a adesão ao acordo alcançado pelas autoridades brasileiras em prol, obviamente, dos lucros do escritório. Qualquer neófito em direito, ao ler os contratos firmados entre o Pogust Goodhead e os municípios brasileiros, percebe que algo está fora de lugar. Para além da impossibilidade desses entes subnacionais litigarem no exterior, há um evidente descompasso dos contratos de honorários com a legislação brasileira. Em rigor, renuncia-se solenemente às normas que regem as contratações públicas no Brasil em favor das normas da metrópole.

Aliás, não é à toa que o eminente ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, no âmbito da arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) 1.178, determinou liminarmente que os municípios se abstenham de efetuar qualquer pagamento de honorários relativos às ações judiciais perante tribunais estrangeiros "sem antes haver exame da legalidade por parte das instâncias soberanas do Estado brasileiro, sobretudo este STF". O presidente Lula e ministros durante assinatura de acordo entre mineradoras e governos sobre a tragédia de Mariana - Gabriela Biló - 25.out.2024/Folhapress

Em um ambiente marcado pelo medo de responsabilização, inclusive de ordem criminal, nas diversas esferas de controle que atuam sobre a administração pública municipal, é difícil imaginar um prefeito disposto a prosseguir na ação coletiva nos tribunais ingleses, sobretudo os que acabaram de se eleger e que, portanto, não assinaram os contratos de honorários. Renunciar a uma quantia certa e líquida prevista no acordo

brasileiro em troca da aventura judicial inglesa, cuja chance de sucesso é altamente improvável e cuja validade é seriamente questionável? Trata-se de uma "bet" usando dinheiro público.

Por isso, somos levados a cogitar a hipotética situação de um município aderir ao acordo homologado pelo Supremo e depois receber uma cobrança de honorários do escritório inglês. Nas palavras do ministro Flávio Dino, "as instâncias soberanas do Estado brasileiro", notadamente o STF, jamais permitiriam que um escritório estrangeiro, baseado em um contrato ilegal, cobrasse de um município brasileiro por um acordo celebrado em território nacional e para cuja consecução ele não trabalhou, e jamais poderia trabalhar, por expressa vedação do Estatuto da Advocacia. É por essas e outras que concluímos que o "colonizador de boa vontade", de que nos falava Albert Memmi, é simplesmente uma contradição em termos. O colonizador é incapaz de vencer o seu desejo de usurpação.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 26.02.2025 – PÁG. A9

Bolsonaro associa turma do STF a 'câmara de gás' e diz que pode morrer na prisão

Em entrevista a Leo Dias, ex-presidente afirmou acreditar que, nas condições atuais, seria condenado

Júlia Barbon



Denunciado ao STF (Supremo Tribunal Federal) sob a acusação de liderar uma tentativa de golpe de Estado, Jair Bolsonaro (PL) disse nesta terça-feira (25) ver sua condenação como provável considerando as condições atuais e afirmou que a primeira turma da corte, responsável pelo caso, é conhecida como "câmara de gás".

"Se você analisar uma turma com a outra, essa turma que eu estou, tem um apelido, né? Câmara de gás. Entrou ali...", ele declarou em entrevista ao jornalista Leo Dias. Questionado sobre quem teria apelidado o grupo dessa forma, respondeu: "É o que a gente ouve falar por aí". A denúncia da PGR (Procuradoria-Geral da República) contra Bolsonaro deverá ser julgada na Primeira Turma do STF, onde atua o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso. Ela é formada ainda pelos ministros Cármen Lúcia, Cristiano Zanin, Flávio Dino e Luiz Fux.

A imagem mostra duas pessoas sentadas em cadeiras confortáveis em um ambiente interno. À esquerda, um homem sorridente, vestido com uma camiseta escura e calças, está relaxado com as pernas cruzadas. À direita, outro homem, também sorridente, usa uma camisa de manga longa escura e está segurando um papel, parecendo animado. Entre eles, há duas mesas pequenas com copos de água. Ao fundo, uma obra de arte com formas geométricas em tons de azul e amarelo.

"Pelo andar da carruagem, o senhor vai ser condenado por essa turma, né?", perguntou o jornalista. "Hoje em dia, sim, mas tem um tempo pela frente ainda", respondeu. Os dois ministros indicados pelo ex-presidente em seu mandato, Kassio Nunes Marques e André Mendonça, integram a Segunda Turma do Supremo, composta ainda por Gilmar Mendes, Edson Fachin e Dias Toffoli. Nesta terça, Gilmar elogiou a denúncia da



CLIPPING

DATA
26.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
8 de 25

RESPONSÁVEL
Iris Helena

PGR e disse que o relatório da PF é "muito sólido, com uma farta documentação", o que "tornou a denúncia também bastante concatenada". Bolsonaro disse na entrevista que conversa atualmente com 4 dos 11 integrantes da corte e citou que já teve problemas com Dino.

O ex-presidente também declarou que, se for condenado por todos os crimes de que é acusado, com penas que podem somar mais de 40 anos, pode morrer na prisão. "O senhor pode passar 40 anos preso", afirmou Leo Dias. "Quarenta anos, não. Morrer na cadeia. Eu não vou viver mais [do que isso]", rebateu ele, completando que acha que "para algumas pessoas importantes, não interessa eu preso, interessa eu morto". "Eu preso vou ser um problema também, vai haver uma comoção nacional."

Bolsonaro foi acusado no último dia 19 pela PGR (Procuradoria-Geral da República) de praticar os crimes de tentativa de abolição violenta do Estado democrático de Direito e de golpe de Estado, de dano qualificado pela violência e grave ameaça contra patrimônio da União, deterioração de patrimônio tombado e participação em uma organização criminosa. Somadas, as penas máximas chegam a 43 anos de prisão, sem contar os agravantes, além da possibilidade de ele ficar inelegível por mais tempo do que os oito anos pelos quais foi condenado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em 2023.

Durante a entrevista, o ex-presidente voltou a se defender das acusações de tentativa de golpe de Estado e a minimizar sua participação nos atos golpistas de 8 de janeiro, afirmando, sem citar provas, que o ataque à sede dos três Poderes "foi programado pela esquerda". Ele disse que seu ex-ajudante de ordens Mauro Cid, cuja colaboração premiada foi divulgada na última semana, "foi torturado" psicologicamente por Moraes em depoimentos. O ministro ameaçou decretar sua prisão, revogar a delação e seguir com investigações que atingiriam seus familiares, caso não falasse a verdade.

"Um comportamento muito mais ameno do que esse serviu para anular a Lava Jato. [...] No meu caso tem dez vezes mais nulidades", argumentou. Questionado se estava defendendo Cid, o ex-presidente disse que não o atacaria e que se coloca no lugar dele. "Ele [Cid] cresceu muito, todo mundo ligava para ele, eu apeldei o telefone dele de muro das lamentações. [...] Eu acho que ele se empolgou com essa missão, ele tinha o excesso de iniciativa. Às vezes queria resolver sem falar com a pessoa adequada. De boa fé, para deixar bem claro", declarou.

Bolsonaro também minimizou os áudios extraídos de celulares de alguns dos acusados de participar da trama golpista. Em um deles, o general da reserva Mario Fernandes, ex-chefe dos chamados "kids pretos" do Exército, afirma que "o decreto é real e foi despachado ontem com o presidente" e pede "movimento". "Tem algum áudio comigo?", perguntou. Ele então afirmou que "foram estudadas hipóteses de estado de sítio", mas que, se fosse realmente publicar um decreto, teria que ter convocado os conselhos da defesa e da República, "umas 30 pessoas", e não chegou nem nessa fase.

Questionado se aceitaria ser o "primeiro cavalheiro" de sua esposa, Michelle, caso ela fosse eleita presidente em 2026, Bolsonaro afirmou, rindo, que "não vai cair bem esse papo de cavalheiro para mim". Disse que Michelle se comunica bem, é conhecida no país todo e fez um bom trabalho como primeira-dama, mas não quer ser candidata. Ele voltou a dizer, porém, que ela já aceitou se candidatar para o Senado. O ex-presidente admitiu que ela não tem uma boa relação com seu filho e vereador do Rio Carlos Bolsonaro (PL), mas desviou sobre os motivos. Citou ciúme, o gênio de Michelle e problemas do passado. Questionado sobre outros nomes da direita, Bolsonaro afirmou que preferia não falar sobre Pablo Marçal (PRTB). Disse que

gosta de Guttavo Lima como cantor sertanejo, que ele "tem um jeito meio caipirão de ser, meio grosso", e que se forem adversários em eleições "vai ser tratado com a maior cordialidade". O ex-presidente disse ainda que o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) precisa "saber a hora certa dele", porque tem certas coisas que depende de idade, e que ele não pode deixar "a fama subir à cabeça".

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 26.02.2025 – PÁG. A11

Musk volta a atacar Moraes e cogita sanções a ministro do STF

Manifestação foi feita após magistrado associar big techs ao fascismo

Ana Gabriela Oliveira Lima

Elon Musk, dono do X e integrante do governo de Donald Trump, voltou a atacar o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes nas redes sociais, sugerindo sanções dos EUA ao magistrado.



Um homem está em um ambiente que parece ser o Salão Oval, com cortinas amarelas ao fundo e uma bandeira dos Estados Unidos visível. Ele usa um chapéu escuro e uma jaqueta preta, gesticulando com as mãos enquanto fala. "Moraes não é dono de propriedades na América?" perguntou Musk na rede social. A manifestação do bilionário veio em resposta a uma postagem feita por outro usuário, que fez referência a uma fala do ministro nesta segunda-feira (24), quando Moraes associou as redes sociais ao fascismo. A fala do magistrado ocorreu durante discurso a alunos de direito da USP (Universidade de São Paulo).

Moraes afirmou que as big techs não são neutras, mas instrumento de grupos econômicos "que querem dominar a economia e a política mundial, ignorando fronteiras, ignorando a soberania nacional de cada país, ignorando legislações, para terem poder e lucro". Em outra manifestação, o bilionário insinuou, sem nenhum indício ou evidência, que Moraes estaria "tentando esconder seus bens". O comentário foi uma resposta a outra publicação, que sugeria que o ministro tirou seu dinheiro dos EUA. Moraes tem enfrentado uma série de embates com o bilionário desde que aplicou sanções ao X depois de a empresa desrespeitar ordens judiciais no Brasil. O magistrado também é alvo da direita radical, à qual Musk se alinha, por ter, como relator no Supremo, papel de destaque nas investigações sobre uma tentativa de golpe de estado ocorrida em 2022 para garantir que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ficasse no poder mesmo após ter perdido as eleições para o presidente Lula (PT).

Recentemente, a plataforma de vídeos Rumble e uma empresa de mídia de Donald Trump moveram ação contra Moraes nos EUA em razão de pedido para que a plataforma feche a conta do influenciador bolsonarista Allan dos Santos. As empresas foram à Justiça para solicitar que as ordens do ministro sejam declaradas ilegais. No domingo (23), as empresas pediram uma liminar —decisão de cumprimento imediato e temporário— contra o magistrado. Elas alegam que o cumprimento das ordens de Moraes podem trazer "danos irreparáveis" às plataformas. Allan dos Santos é considerado foragido pela Justiça brasileira desde que foi ordenada sua prisão preventiva em 2021, no inquérito de fake news, relatado por Moraes.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 26.02.2025 – PÁG. A12

Zanin inclui mais um gabinete do STJ em inquérito sobre venda de sentenças

Decisão coloca agora quatro gabinetes do tribunal na mira da investigação da Polícia Federal

Mateus Coutinho / Aguirre Talento



O ministro Cristiano Zanin, do STF (Supremo Tribunal Federal), autorizou que a Polícia Federal passe a investigar mais um gabinete do STJ (Superior Tribunal de Justiça) no inquérito que apura o vazamento de decisões da corte e suspeitas de corrupção envolvendo servidores do tribunal.

A decisão coloca agora quatro gabinetes do tribunal na mira da investigação da Polícia Federal. A PF encontrou mensagens de lobista comemorando decisões que teria conseguido no gabinete do ministro Paulo Moura Ribeiro e também levantou suspeita sobre um servidor que atuou lá.

O pedido foi apresentado no dia 11 de novembro e autorizado em 18 de novembro de 2024. Além disso, Zanin também atendeu a outro pedido para unificar a investigação em um inquérito só. Com isso, as suspeitas envolvendo os gabinetes dos ministros Og Fernandes, Isabel Gallotti e Nancy Andrighi serão investigadas em um único procedimento, junto com o gabinete de Moura Ribeiro. Os pedidos e a decisão do ministro estão sob sigilo e só foram reveladas agora pelo UOL. Em novembro do ano passado, a PF fez uma operação para investigar suspeitas ligadas a outros três gabinetes, sobre os quais a investigação já estava mais avançada. Na ocasião, porém, a operação não envolveu o gabinete de Moura Ribeiro.

As suspeitas da PF recaem até o momento sobre servidores e não há nenhum ministro do STJ formalmente investigado. O tribunal é o segundo na hierarquia do Poder Judiciário, ficando abaixo apenas do STF. A PF lista mensagens de lobista com advogado sobre processos no gabinete do ministro. A suspeita é que um juiz auxiliar do gabinete de Moura Ribeiro, que era desembargador do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo), poderia ser um contato do grupo no gabinete.

Nos diálogos, o lobista Andreson Gonçalves e o advogado Roberto Zampieri citam que uma pessoa de nome "Gilberto" estaria "chateada" e que teria ligado para cobrar o próprio Andreson. A PF chegou ao nome de um desembargador que estava cedido ao gabinete de Moura Ribeiro até janeiro deste ano. As trocas de mensagens, porém, são de 2020, e o desembargador só foi cedido ao STJ em 2022. Além disso, o desembargador se aposentou em 3 de janeiro. A reportagem não conseguiu contato com ele. São listados também nove processos no gabinete de Moura Ribeiro no qual a esposa de Andreson, Mirian Ribeiro, e Roberto Zampieri atuaram.

O delegado da PF Marco Bontempo afirma em pedido ao STF que Andreson compartilhou com Zampieri minutas de decisões de processos do gabinete em que sua esposa atuava como advogada. Nas mensagens, o lobista se gaba de ter "conseguido" decisões favoráveis. Andreson está preso desde novembro do ano



CLIPPING

DATA
26.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
11 de 25

RESPONSÁVEL
Iris Helena

passado. O empresário é apontado como o principal operador do esquema de venda de sentenças no STJ, pois aparece em trocas de mensagens de WhatsApp antecipando decisões e minutas de ministros do STJ. Sua esposa, que é advogada, foi alvo de buscas da operação e está usando tornozeleira eletrônica.

-Trecho de pedido da PF para incluir gabinete de Moura Ribeiro em investigação sobre venda de sentenças

“Durante as análises do aparelho celular, viu-se que Andreson enviou para Roberto Zampieri inúmeras minutas de decisões proferidas pelo Ministro Moura Ribeiro, especialmente nos processos em que figurava como advogada de uma das partes a sua esposa e advogada Mirian Ribeiro. No contexto desses diálogos, o lobista Andreson se vangloriou de ter conseguido decisões favoráveis, gabando-se de sua suposta proximidade com servidores daquele gabinete.”

O que dizem os citados:

A defesa do lobista e da advogada informou que só se manifestará perante o Judiciário. A reportagem também enviou email para o STJ na última sexta-feira (21), mas não obteve nenhuma resposta. Procurado por meio do STJ, o ministro Moura Ribeiro não respondeu.

PF não descartou eventuais buscas no STJ

Apesar de não investigar nenhum ministro do STJ, o inquérito continua no Supremo. Para o delegado do caso, a medida é necessária para garantir que a investigação avance sem ingerências externas e sem o risco de ser anulada caso sejam encontrados indícios envolvendo ministros do STJ ou outra autoridade com foro no STF.

O delegado não descarta envolvimento de ministros. Em manifestação ao Supremo, o delegado indicou que não se pode descartar ainda a necessidade de eventuais buscas em gabinetes do STJ ou mesmo o envolvimento de algum ministro do tribunal no esquema investigado.

- Trecho da manifestação da PF que levou a operação

“Nesse ponto, consigna-se que apenas uma pequena fração dos dados extraídos do celular da vítima Roberto Zampieri foram analisados pela equipe policial, haja vista a recente retomada das análises. Logo, seria por demais incauto descartar, de plano, o envolvimento de juízes, desembargadores ou de ministros nos ilícitos criminais preliminarmente anunciados.”

Coaf detectou pagamento para esposa de desembargador

Relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) produzido na investigação apontou pagamento da advogada Mirian Ribeiro, esposa do lobista Andreson de Oliveira Gonçalves, para uma advogada que é casada com desembargador do TRF-1. O Coaf detectou pagamento de R\$ 938 mil do escritório de Mirian para o escritório da advogada Aline Gonçalves, casada com o desembargador César Jatahy. Procurada, ela disse que foi contratada e prestou serviços de advocacia, mas não deu detalhes sobre os processos nos quais atuou com Mirian. O relatório do Coaf não apontou nenhuma transação atípica envolvendo os ministros do STJ.

JORNAL – O HOJE – 26.02.2025– PÁG. 02

STJ admite tempo de prisão temporária para benefício de indulto natalino

Manoel L. Bezerra Rocha

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), por sua Terceira Seção, sob o rito dos recursos repetitivos, estabeleceu a tese de que "é possível, conforme o artigo 42 do Código Penal, o cômputo do período de prisão provisória na análise dos requisitos para a concessão do indulto e da comutação previstos nos respectivos decretos".

Esses benefícios coletivos são concedidos pelo presidente da República em decreto editado tradicionalmente na época do Natal. Em seu voto, Otávio de Almeida Toledo enfatizou que a Terceira Seção já reconheceu que a detração penal dá efetividade ao princípio da dignidade da pessoa humana e ao caráter ressocializador das penas, que são fundamentos essenciais da execução penal no Brasil.

Otávio de Almeida Toledo disse que não há questionamento quanto ao fato de ser a prisão provisória uma forma de privação de liberdade, razão pela qual o tempo de prisão provisória deve ser considerado para todos os efeitos jurídicos correspondentes. Segundo ele, essa contabilização, mais do que uma questão jurídica, é uma constatação fática: o preso provisório está privado de seu direito de ir e vir. "A liberdade posta à disposição do Estado, assim, não pode ser desconsiderada em razão do título jurídico que lhe deu suporte.

Tempo de prisão, provisória ou não, é tempo de privação de liberdade e deve receber os efeitos jurídicos correspondentes", declarou. O desembargador convocado também ressaltou que o artigo 42 do Código Penal (CP), ao determinar a inclusão do tempo de prisão provisória, no Brasil ou no exterior, assim como da prisão administrativa e da internação, no cômputo da pena privativa de liberdade e da medida de segurança, não prevê nenhuma restrição.

Pesquisa eleitoral de inelegível

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 188/25, do deputado Mário Heringer (PDT-MG), proíbe a realização e a divulgação de pesquisa de opinião pública que considere como candidato uma pessoa inelegível. A exceção seriam as pesquisas com fins técnicos ou científicos e os testes de urnas. Pelo projeto, "tais pesquisas abrem brecha para que oportunistas insuflam simpatizantes contra a ordem democrática, estimulando a desobediência civil e a convulsão social".

Cooperação policial

O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 166/22 aprova o acordo de cooperação policial nas fronteiras entre os estados partes do Mercosul, assinado pelo Brasil em 2019. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, atualmente há necessidade de aproximação entre os órgãos de segurança pública do Mercosul, já que as organizações criminosas não se limitam apenas a um território. O Brasil mantém acordos internacionais com



diversos países e entidades. Pela Constituição, esses instrumentos devem ser aprovados pelo Congresso Nacional.

Alego aprova projeto que torna o Baile do Rubi em evento oficial de Goiás

A Assembleia Legislativa do estado de Goiás (Alego) aprovou o projeto nº 11021/24, de autoria dos deputados Virmondos Cruvinel (UB) e Amilton Filho (MDB), na Ordem do Dia de ontem (25). A matéria propõe a inclusão do Baile do Rubi, evento tradicional e emblemático da advocacia goiana, no calendário oficial do Estado. Outro projeto aprovado, também em segunda votação, foi o de nº 14165/24, que visa a incluir a tradicional Festa do Divino Espírito Santo, realizada anualmente no município de Pilar de Goiás, no calendário oficial.

Decisão do STF estende Lei Maria da Penha a casais homoafetivos masculinos



O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a Lei Maria da Penha pode ser aplicada às relações afetivo-familiares de casais homoafetivos do sexo masculino ou que envolvam travestis e mulheres transexuais. Por unanimidade, o Plenário entendeu que há omissão do Congresso Nacional em legislar sobre a matéria. O relator, ministro Alexandre de Moraes, constatou que há uma omissão significativa do Poder Legislativo em proteger direitos e liberdades fundamentais dessas “comunidades”.

Para o ministro Alexandre de Moraes, a Lei Maria da Penha também deve alcançar travestis e transexuais com identidade social feminina que mantêm relação de afeto em ambiente familiar. Ou seja, a expressão ‘mulher’ contida na lei vale tanto para o sexo feminino quanto para o gênero feminino, “já que a conformação física externa é apenas uma, mas não a única das características definidoras do gênero”. Ao contrário do que muitos difundem, não há “discriminação”, “preconceito” ou sanha punitivista contra os homens heterossexuais, já que esse “coletivo”, por óbvio, não se relaciona com travestis, homossexuais ou transexuais, não havendo que se falar em “violência doméstica ou familiar”.

6ª Turma do STJ

O advogado titular do certificado digital que interpõe o recurso no sistema do tribunal deve ser aquele que tem procuração nos autos. A ocorrência de problema no computador não permite terceirizar o acesso para a interposição da petição.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 26.02.2025 – PÁG. 02

Análise: Lula está como Alice no país das maravilhas

Para um observador, o chefe do Executivo está vivendo uma realidade paralela, perdeu a conexão com a vida de seus eleitores tradicionais e, também, não consegue estabelecer sintonia com as camadas mais jovens da população

Luiz Carlos Azedo

É inesgotável o repertório de frases do livro de aventuras infantis *Alice no País das Maravilhas*, escrito por Lewis Carroll e publicado pela primeira vez em 1865. O autor cultivou amizade com três filhas do deão da faculdade onde lecionava, sendo que uma delas, Alice Liddel, durante um piquenique, em 4 de julho de 1862, pediu que o escritor contasse uma história. Carroll inventou uma série de peripécias de uma menina de 7 anos chamada Alice. Como era gago e tinha dificuldades para construir a narrativa oral, Alice pediu-lhe que escrevesse mais histórias.



Sete meses depois, estava pronta a primeira versão do manuscrito. Depois de mostrá-lo a um casal amigo, que leu o manuscrito para os filhos, Carrol se convenceu a publicar o livro, clássico da literatura infantil universal. *Alice no País das Maravilhas* descreve as aventuras de uma menina que, adormecendo num campo, sonha que mergulha numa toca de coelho. Caindo através das entranhas da terra, chega ao País das Maravilhas, no qual conhece criaturas estranhas, como o Gato Que Ri, o Chapeleiro Louco, os dois gêmeos e Suas Majestades Reais, o Rei e a Rainha de Copas. A obra tem tido várias interpretações, que encantam as crianças e, também, os adultos.

Caótico, o País das Maravilhas é um reino no qual a Rainha e o Rei de Copas, por exemplo, têm súditos que são um baralho de cartas, e onde todos os animais (exceto o porco/bebê) têm as atitudes irritantes, choramingas, reclamonas. Ilógico e irracional, a mudança repentina de tamanho do país tem um efeito psicológico em Alice, que o torna ainda mais misterioso pelo absurdo. O livro começa com a entediada Alice sentada ao lado de sua irmã, sem nada para fazer, à beira de um riacho, ouvindo-a ler um romance. Alice é uma garota distraída. Enquanto sua imaginação corre solta, numa realidade paralela, ela vê um coelho branco, produto de sua imaginação, que desperta a curiosidade dela dizendo: "Ai, ai ai! Eu vou chegar atrasado!".

Quando viu o coelho tirar o relógio de bolso de colete, olhar as horas e apressar o passo, Alice deu um pulo, pois passou pela sua cabeça que nunca na vida tinha visto um coelho vestindo um colete, muito menos usando um relógio, e, morta de curiosidade, saiu correndo pelo campo atrás dele e chegou bem a tempo de vê-lo se enfiar apressadamente dentro de uma toca enorme. Alice fica em apuros por causa de sua curiosidade. Cai de uma altura de milhares de quilômetros. Quando ela se defronta com uma nova realidade, pergunta-se: "Tenho uma vaga lembrança de ter me sentido um pouquinho diferente, mas se eu não for a mesma, a próxima pergunta é: quem sou eu? Essa é a questão!". *Alice no País das Maravilhas* surgiu numa



CLIPPING

DATA
26.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
15 de 25

RESPONSÁVEL
Iris Helena

roda de conversa sobre conjuntura, na qual um dos interlocutores comparou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Alice. Para ele, o chefe do Executivo está vivendo uma realidade paralela, perdeu a conexão com a vida de seus eleitores tradicionais e, também, não consegue estabelecer sintonia com as camadas mais jovens da população, o que explicaria os atuais índices de rejeição e a baixa popularidade. Outro interlocutor aproveitou a deixa e resumiu a situação de Lula, um dos diálogos mais famosos do livro:

"Onde fica a saída?" Perguntou Alice ao gato que ria.

"Depende", respondeu o gato.

"De quê?", replicou Alice.

"Depende de para onde você quer ir..."

Essa é a exata situação em que o governo Lula se encontra. Desde as eleições, a agenda do governo é uma reforma ministerial supostamente com dois objetivos: melhorar o desempenho das políticas públicas e consolidar um bloco de sustentação no Congresso que lhe garanta a chegada às eleições de 2026, sem passar por uma crise institucional. Entretanto, os aliados não sabem para onde Lula pretende ir. Se busca ampliar o governo em direção à conciliação com o centro ou pretende apostar na radicalização e polarização política com Bolsonaro, que são coisas excludentes.

O episódio da demissão da ministra da Saúde é bem emblemático. Ontem, Lula se reuniu com Nísia Trindade. Na sequência, recebeu Alexandre Padilha. O encontro com Nísia aconteceu horas depois de os dois terem participado de um evento no Palácio do Planalto para anunciar o acordo para produção de vacinas contra a dengue, no qual Nísia fez um discurso de 30 minutos e foi muito aplaudida. Lula não disse uma palavra. Fritada pelo Palácio do Planalto, a situação da ministra se tornou insustentável. Sua substituição pelo ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, porém, não significa a ampliação da base de sustentação do governo no Congresso. Com um orçamento de R\$ 229,39 bilhões, a pasta está sendo tratada como uma plataforma eleitoral.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE –26.02.2025– PÁG. 06

Governo anuncia vacina 100% nacional contra a dengue

Serão 60 milhões de doses do imunizante a partir de 2026, com expectativa de proteger a população entre 2 e 59 anos até 2027. Em outra frente, parceria permitirá a produção de insulina

Maria Beatriz Giusti

O governo federal anunciou, ontem, a fabricação de mais de 60 milhões de doses da vacina contra a dengue por ano, a partir de 2026. O Instituto Butantan junto a empresa chinesa WuXi Biologic trabalharão na produção de uma vacina 100% nacional e de dose única. A parceria da vacina se dá por meio do Programa de Desenvolvimento e Inovação Local, do Ministério da Saúde, que está em fase final de desenvolvimento tecnológico. Durante o evento "SUS como alavanca da inovação e produção em saúde", o governo informou

que será possível ampliar a "capacidade produtiva e de oferta de uma vacina 100% nacional contra a dengue" para que "cresça em 50 vezes".



A medida terá um investimento total de R\$ 1,26 bilhão. Por meio do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, o projeto terá a ajuda do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o financiamento da pesquisa clínica. "Essa vacina vem sendo desenvolvida há muito tempo. Com a pandemia, nós aprendemos muito de desenvolvimento rápido. A vacina será em dose única e válida para os quatro sorotipos. Vários artigos científicos vêm demonstrando esse poder. Já tem a definição de 60 milhões de doses em 2026, e a continuidade da sua produção. A gente espera, em dois anos, poder vacinar toda a população elegível, de 2 a 59 anos", disse Nísia Trindade

durante cerimônia no Palácio do Planalto. Horas depois, ela foi demitida da pasta da Saúde pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"O Ministério da Saúde entrará com o poder de compra", destacou a ex-ministra, em seu último ato oficial. "Com isso, teremos a possibilidade de vacinar a população brasileira dentro da faixa que foi recomendada pela Anvisa para a dengue, um fato único no mundo até agora", acrescentou. No final do mês de janeiro, Nísia Trindade disse que, para 2025, apenas 1 milhão de doses serão entregues. "O Butantan está produzindo, mas não há previsão de vacinação em massa contra a dengue em 2025. É muito importante a vacina de uma dose, mas para 2025, ainda não será a solução que nós esperamos", declarou Trindade em janeiro. "Mas vamos reiterar os cuidados de prevenção", concluiu.

Também presente à cerimônia do lançamento, o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin ressaltou o trabalho para produzir um imunizante capaz de combater efetivamente a doença. "É uma vacina contra os quatro tipos de dengue, tetravalente, que facilita muito. E por isso ela é demorada, leva anos e anos, pois você tem um foco de tipo 2, vai lá e testa. Aí fica esperando o tipo 1, vai lá e corre. Depois o 3, o 4. Teve que acertar os quatro para ter, numa vacina só, a tetravalente", explicou Alckmin, que é médico.

Idosos

O pedido de registro do imunizante, feito pelo Instituto Butantan em dezembro de 2024, ainda está sendo avaliado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). De acordo com as informações da Anvisa, a agência solicitou dados complementares sobre a vacina há duas semanas, mas a análise e dados de qualidade, segurança e eficácia apresentada já foram concluídos. Segundo a ministra, a vacina ainda não foi testada em pessoas idosas devido às vulnerabilidades que essa faixa etária enfrenta. "Por enquanto, os idosos ainda não poderão tomar a vacina porque, quando as vacinas são testadas, há sempre um cuidado com a população idosa", explicou Nísia, ao se referir às fases de testes clínicos de imunizantes.

Em nota, o Butantan garante que o número total de vacinas será entregue até 2027, apesar do processo de aprovação ainda não ter sido finalizado. "O Instituto Butantan informa que aguarda aprovação pela Anvisa de sua candidata à vacina contra a dengue, mas garante que terá condições de entregar ao Programa Nacional



CLIPPING

DATA
26.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
17 de 25

RESPONSÁVEL
Iris Helena

de Imunizações (PNI) 100 milhões de doses até 2027 e 1 milhão de doses ainda este ano. Em 2026, serão 60 milhões de doses para o SUS. O Butantan já deu início à produção de doses da Butantan-DV em seu complexo industrial", detalhou o instituto.

Segundo o Butantan, a vacina Butantan-DV é a primeira em dose única contra os quatro sorotipos de dengue no mundo e teve seus dados de segurança e eficácia divulgados no New England Journal of Medicine, que mostraram 79,6% de eficácia geral para prevenir casos de dengue sintomática aos dois anos de acompanhamento. "Resultados da fase 3 do ensaio clínico publicados na The Lancet Infectious Diseases mostraram, ainda, uma proteção de 89% contra dengue grave e dengue com sinais de alarme, além de eficácia e segurança prolongadas por até cinco anos", explicou o instituto.

Com o pouco número de doses para este ano, a ministra reitera que o principal, neste momento, ainda é manter os esforços para ações de prevenção e vigilância. Segundo o governo federal, o método Wolbachia, onde uma bactéria é introduzida nos mosquitos *Aedes aegypti* para reduzir a transmissão do vírus, além das Estações Disseminadoras de Larvicidas (EDL) são ferramentas disponíveis que têm sido potencializadas no país para a prevenção da dengue.

Três parcerias

Durante o lançamento em Brasília, outras três parcerias público-privadas foram anunciadas. A primeira planta produtiva de Insumo Farmacêutico Ativo (IFA) de insulina da América Latina, o desenvolvimento de uma vacina nacional contra gripe aviária e a vacina contra o Vírus Sincicial Respiratório (VSR). Prevista para fornecimento no SUS em 2026, a produção da insulina poderá atingir 70 milhões de unidades anuais ao final do projeto. Ainda, a parceria entre o Butantan e Pfizer permitirá a produção de até 8 milhões de doses anuais da vacina contra o Vírus Sincicial Respiratório (VSR), que irá atender à demanda do SUS e possibilitar a ampliação do público-alvo, incluindo a população idosa. O anúncio de parcerias também vai garantir inovação e acesso à vacina Influenza H5N8, com a capacidade produtiva disponível para a produção e fornecimento de mais de 30 milhões de doses por ano.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE –26.02.2025– PÁG. 10

Visão do Correio: Governo e BC com embates na agenda

Não adianta apostar na diminuição do deficit primário, a partir do corte de gastos, se esse movimento prejudica políticas públicas fundamentais

Pressionado pela atuação da oposição conservadora nas redes sociais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um pronunciamento em cadeia nacional, de rádio e TV, para reforçar os programas lançados em sua terceira passagem pelo Planalto. A estratégia parece ser "bater na mesma tecla" — ou seja, levar ao conhecimento da população as políticas públicas do governo, ainda que elas não sejam exatamente novidades no noticiário.

Uma delas é o Programa Pé-de-Meia, proposta que pretende combater o êxodo escolar no ensino médio a partir do pagamento de R\$ 200 mensais aos estudantes, além de R\$ 1 mil ao término do ano letivo. Outra é a gratuidade para todos os 41 medicamentos do Farmácia Popular — ponto também ressaltado por Lula na gravação, que, evidentemente, tem parte da motivação voltada às eleições de 2026. Esses esforços trazem reflexos diretos também na economia brasileira. Basta acompanhar o que dizem os corredores do governo: o ministro Fernando Haddad, da Fazenda, tem sido mais tolerante à ampliação dos gastos públicos — a já conhecida política de aumentar o investimento na segunda metade do mandato presidencial, usada por todos os governos, independentemente do espectro ideológico.



Desde que retornou à Presidência, Lula tem acusado o Banco Central (BC) de agir politicamente ao manter a taxa básica de juros (Selic) em dígito duplo (atualmente, está em 13,25%, seu maior patamar desde agosto de 2023). Trata-se da principal arma do banco para controlar o índice geral de preços. Certamente, a sinalizada alta nos gastos públicos combinada à queda de arrecadação — a partir das propostas de aumento da isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil, do Pé-de-Meia e do consignado para empregados no setor privado — não ajuda em nada na improvável mudança de paradigma do BC. Na verdade, o cabo de guerra tende a se intensificar.

Há, porém, um outro lado nessa discussão acerca do problema fiscal. O histórico do Boletim Focus do BC, que traz as expectativas do mercado financeiro, não é de sucesso nas previsões desde que Lula retornou ao Planalto, ainda que resultados atingidos tenham sido melhores do que o esperado. Em fevereiro de 2023, o setor previa um deficit primário (a diferença entre as receitas e despesas do governo, sem considerar a dívida) de 1% ao fim de 2024. O resultado oficial foi de 0,1%. Quanto ao crescimento econômico, o Focus também passou longe. Previu 1,5% para 2024, mas, segundo o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), divulgado pelo BC em fevereiro, a expansão foi de 3,8%.

No frigidar dos ovos, o governo precisa investir para entregar melhorias à vida do cidadão. Não adianta apostar na diminuição do deficit primário, a partir do corte de gastos, se esse movimento prejudica políticas públicas fundamentais. Por outro lado, o controle da dívida pública é peça fundamental para atrair investimento

privado. Esses são os pratos da balança que Fernando Haddad e o governo Lula como um todo precisam equilibrar até o fim do mandato. Além da maior efetividade na comunicação entre o Planalto e a população, como o próprio presidente reconhece.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO –26.02.2025– PÁG. E1

Decisões da Justiça de São Paulo autorizam bloqueio de criptomoedas de devedores

Quase a metade das ações sobre criptomoedas, distribuídas entre 2021 e 2024, trata de penhora

Adriana David

Credores estão buscando no Judiciário o bloqueio de criptoativos de devedores. Levantamento feito pela plataforma Jusbrasil, a pedido do Valor, mostra que quase a metade dos cerca de 10 mil processos com menção a criptomoedas distribuídos na primeira instância da Justiça paulista, entre os anos de 2021 e 2024, refere-se a penhora e execuções (47,83%).

Os demais processos, de acordo com o estudo, tratam de disputas contratuais (15,59%), fraudes e esquemas fraudulentos (9,41%), regulamentação e compliance (7,42%) e outros temas (10,05%). “Para além de dinheiro, imóveis, veículos, os credores estão tentando buscar também criptoativos”, diz a advogada Camilla Jimene, head do contencioso digital e sócia do escritório Opice Blum.



A jurisprudência, acrescenta a especialista, reconhece que é possível bloquear criptoativos por meio das exchanges (corretoras), o que amplia a lista de bens penhoráveis prevista no Código de Processo Civil (CPC). De acordo com o estudo, a tendência é ser mais favorável ao requerente no primeiro grau e desfavorável no segundo grau. “O que mostra que o assunto ainda é complexo para o Poder Judiciário e que não há um posicionamento pacífico”, afirma Camila. Há precedentes favoráveis aos credores no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Uma das decisões é da 17ª Câmara de Direito Privado. Em seu voto, o relator, desembargador Luís H. B. Franzé, afirma que “tal abordagem não apenas otimiza o uso dos recursos judiciais, mas também alinha as ações de recuperação de ativos à realidade financeira do devedor, garantindo uma solução mais rápida e eficiente para a liquidação do débito” (agravo de instrumento nº 2022544-11.2024.8.26.0000).

A pesquisa também mostra os principais desafios enfrentados pelo Judiciário ao lidar com criptomoedas. Segundo Mateus Aimoré, do MAC Advogados, a penhora e execução de criptoativos têm sido um desafio devido à natureza descentralizada e à dificuldade de rastreamento desses ativos. “A grande maioria das decisões judiciais reconhece que os ativos digitais possuem alto valor econômico e liquidez, mas há muitas dificuldades práticas para efetivar essas penhoras porque é necessário identificar a carteira digital do devedor e garantir que os ativos não sejam transferidos para outra carteira antes da execução”, explica Aimoré. “Os desafios do Judiciário são significativos. Exigem uma combinação de aperfeiçoamento legislativo constante,



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA

26.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

20 de 25

RESPONSÁVEL

Iris Helena

para se adaptar ao dinâmico mercado dos criptoativos, capacitação técnica contínua de juízes e advogados e cooperação internacional para investigar crimes e recuperar ativos.”

O advogado lembra que fintechs que lidam com criptoativos não estão conectadas ao sistema usado pela Justiça para penhora (Sisbajud), então é necessário enviar pedidos diretamente para saber se o devedor possui criptomoedas e qual o valor atualizado delas. “Esses fatores tornam o processo lento e, às vezes, ineficaz.” Já o tema disputas contratuais reflete conflitos relacionados a contratos que envolvem criptomoedas. Um exemplo comum ocorre quando investidores têm problemas com corretoras ou empresas especializadas em criptoativos. Nesses casos, a Justiça geralmente reconhece que a pessoa física é mais “vulnerável” e aplica o Código de Defesa do Consumidor (CDC). São comuns, segundo Aimoré, casos em que as corretoras de criptoativos negam os saques ou resgates pelos clientes ou criam condições abusivas para que exerçam seus direitos.

O tema fraudes e esquemas fraudulentos envolve questões como pirâmides financeiras, promessas falsas de lucros garantidos ou mesmo investimentos inexistentes. O ambiente das criptomoedas, diz Aimoré, é propício para esse tipo de golpe. “O maior desafio aqui é provar que a fraude realmente ocorreu e identificar os responsáveis”, afirma. “Isso porque as transações em blockchain não podem ser desfeitas, e os golpistas muitas vezes operam fora do país, dificultando a recuperação do dinheiro perdido”, acrescenta. A recorrência de processos sobre esquemas fraudulentos, segundo Camilla Jimene, revela que as vítimas de fraudes estão acionando o Judiciário em busca de responsabilização e ressarcimento dos prejuízos. “Esse não é um problema relacionado somente a criptoativos, e acompanha a tendência de crescimento de fraudes digitais no Brasil, ano após ano, em razão da falta de alfabetização digital dos usuários frente à popularização da tecnologia”, explica a advogada.

Além disso, outros problemas comuns, destacados pelos especialistas, são invasões cibernéticas de carteiras digitais ou corretoras, além de perda de acesso a carteiras (por esquecimento de senhas ou problemas em chaves de segurança). Dependendo do caso concreto, diz Aimoré, empresas que guardam criptomoedas para os clientes podem ser responsabilizadas judicialmente por falhas de segurança. “Já lidamos com casos em que clientes tiveram suas carteiras virtuais de criptoativos hackeadas e ingressaram com ação para responsabilizar as custodiantes dos criptoativos por falha na prestação de serviços”, afirma.

Dados da Receita Federal mostram que não só houve crescimento do número de declarantes de criptomoedas, mas do valor envolvido nas operações no decorrer dos últimos cinco anos. No Brasil, cerca de 187 mil pessoas físicas e jurídicas transmitiram a declaração de criptoativos para a Receita em 2019. Em novembro de 2024, esse número subiu para cerca de 3 milhões. Além disso, o volume das transações reportadas foi de R\$ 4 bilhões em agosto de 2019 e alcançou a cifra de R\$ 40 bilhões em novembro de 2024. Com esse mercado em forte expansão, um ponto importante, segundo especialistas, é a regulamentação da Lei nº 14.478, de 2022, que trata da prestação de serviços de ativos virtuais. De acordo com Gabriel Stanton, do escritório Souto Correa Advogados, espera-se que a regulamentação do mercado de criptomoedas pelo Banco Central defina as instituições autorizadas pela autarquia para prestar tais serviços. “Assim, será possível garantir transparência a respeito das instituições autorizadas para combater eventuais fraudes no setor, de modo a reduzir processos judiciais”, diz.

Ainda há a perspectiva de que sejam definidos, na regulamentação, segundo Aimoré, os critérios que as empresas que prestam serviços com criptomoedas, conhecidas como Vasps (virtual asset service providers),

devem seguir para operar no Brasil e como será garantida a segurança dos ativos dos clientes. O Banco Central, afirma ele, precisa especificar quais criptomoedas e ativos digitais estarão sob sua regulamentação e quais os motivos que podem levar ao encerramento de atividades de uma Vasp. O Decreto nº 11.563/2023 determinou que o Banco Central também regulará criptoativos usados como meios de pagamento, como as stablecoins (moedas digitais que têm seu valor atrelado a ativos reais, como o dólar). Já a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) será responsável por regulamentar os criptoativos classificados como valores mobiliários, como os tokens de investimento. “Com essas definições, juízes terão diretrizes mais claras, evitando decisões inconsistentes sobre criptomoedas”, afirma Aimoré.

STF suspende honorários de R\$ 233 milhões

Pleno referendou decisão recente do ministro Edson Fachin

Laura Ignacio

O Pleno do Supremo Tribunal Federal (STF) referendou a decisão que suspendeu o pagamento de honorários de R\$ 233 milhões aos advogados representantes dos indígenas no acordo bilionário firmado entre comunidades da etnia Xikrin e a Vale. O ministro Edson Fachin havia dado uma decisão monocrática nesse sentido e, agora, o colegiado seguiu o entendimento do relator.

Os honorários seriam devidos por causa de um acordo no valor de R\$ 2,3 bilhões, que devem ser pagos até o ano 2067 pela mineradora Vale aos indígenas. A votação, que ocorreu entre o dia 14 e sexta-feira da semana passada, foi unânime. O principal motivo da decisão do STF foi uma questão processual. “Este Eg. Supremo Tribunal Federal tem jurisprudência assente no sentido de que as questões indígenas, ainda que reflexas e/ou consecutórias, remetem à competência ratio materia da Justiça Federal (art. 109, XI)”, declarou Fachin. O processo chegou ao STF vindo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA).

O TJPA arbitrou a retenção de 10% sobre cada prestação mensal paga pela Vale aos indígenas como pagamento dos honorários de sucumbência que seriam devidos aos advogados que representaram esses povos originários (agravo de instrumento nº 0809972-57.2024.8.14.0000). O pedido de suspensão da decisão do TJPA chegou ao STF por meio da Procuradoria-Geral da República (PGR). “As ações que originaram o acordo versam sobre a reparação de danos causados à saúde e ao meio ambiente em terras indígenas”, diz o órgão.

Segundo dados do processo, quatro associações indígenas contrataram o advogado José Diogo de Oliveira Lima para representá-las em ações civis públicas que discutiam os danos causados pela atividade de mineração da Vale à Terra Indígena Cateté. As ações resultaram no acordo entre a Vale, o Ministério Público Federal (MPF) e os indígenas. Porém, antes do fim, as associações teriam rompido o contrato com o advogado. “Quanto ao mérito, ainda que não pertinente de análise nesta instância, constata-se que presente o



risco de grave lesão à segurança pública, considerando a ameaça do iminente recrudescimento de conflitos consecutórios das atividades mineradoras na área em função da ausência do repasse integral dos valores pactuados com aplicação em objetivo diverso do pactuado no acordo firmado no bojo das ações civis públicas”, acrescentou Fachin.

A defesa do advogado José Diogo de Oliveira Lima e do advogado Daniel Cavalcante, que trabalharam em conjunto para a realização do acordo entre indígenas e Vale, afirma que a decisão do STF representa um “grave precedente contra a advocacia e a previsibilidade das relações contratuais”. “A revogação da procuração do Dr. José Diogo não pode servir como justificativa para negar-lhe o direito aos honorários contratualmente estabelecidos, sobretudo após decisão do TJPA que reconheceu a legitimidade da reivindicação”, diz.

Segundo Daniel Cavalcante, será apresentado recurso de embargos de declaração no STF. “A decisão apresenta omissões relevantes, razão pela qual buscamos seu aprimoramento por meio do recurso cabível”, afirma. “O Supremo deve enfrentar devidamente os argumentos jurídicos apresentados”, acrescenta. Cavalcante argumenta que a decisão, por exemplo, não analisou o fato de que a verba honorária objeto da controvérsia possui caráter alimentar e que sua retenção não compromete os interesses coletivos das comunidades indígenas.

Destaque

Adicional de periculosidade



A 17ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP) confirmou sentença que considerou inválida alteração contratual que reduzia a base de cálculo do adicional de periculosidade de empregado da Universidade de São Paulo (USP). A conclusão foi de que a mudança violou o princípio da irredutibilidade salarial, previsto na Constituição Federal e o da inalterabilidade contratual lesiva, consagrado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Os autos demonstram que a verba paga pela instituição correspondia a 30% do somatório de duas rubricas salariais do empregado até janeiro de 2014. Desde então, passou a incidir somente sobre o salário-base, excluindo outras parcelas, o que reduziu os ganhos. No acórdão, a desembargadora-relatora Maria de Lourdes Antonio ressaltou que a questão foi pacificada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que interpretou não ser viável a redução da base de cálculo do adicional de periculosidade (processo nº 1001624-30.2022.5.02.0062).

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 26.02.2025 – PÁG. E2

O necessário combate à advocacia predatória

É imperativo uma atuação conjunta entre Poder Judiciário, OAB, advogados e sociedade, garantindo que o direito de acesso à justiça seja exercido com responsabilidade e respeito

Daniel Gerber

A advocacia predatória é uma prática que se caracteriza pelo ajuizamento massivo e indiscriminado de ações, muitas vezes sem fundamento jurídico sólido, com o objetivo de obter vantagens financeiras indevidas. Esse tipo de atuação compromete a ética profissional e sobrecarrega o Poder Judiciário, dificultando o acesso à Justiça para aqueles que realmente necessitam.



Os prejuízos causados pela advocacia predatória vão além do sistema judicial. No âmbito social, essa prática pode gerar desconfiança na advocacia como um todo, prejudicando a imagem da classe e criando obstáculos para cidadãos que buscam seus direitos de maneira legítima. Além disso, quando movidas sem a devida análise, as demandas podem resultar em condenações por litigância de má-fé, onerando tanto os clientes quanto os cofres públicos. Um dos desafios para a identificação da advocacia predatória é o fato de que o número de processos ajuizados por um advogado, isoladamente, não é um critério absoluto para definir essa prática. Com o avanço das redes sociais e a possibilidade de captação de clientes em larga escala, um profissional pode, de forma legítima, patrocinar um grande volume de ações sem que isso signifique conduta irregular. Portanto, a caracterização da advocacia predatória exige uma análise criteriosa dos padrões de atuação e das intenções por trás das demandas.

Nesse contexto, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) desempenha um papel fundamental no combate a esse tipo de advocacia. A entidade deve fiscalizar e coibir práticas abusivas, garantindo que a atuação dos advogados esteja alinhada com os princípios éticos da profissão. Para isso, a OAB pode adotar medidas como a instauração de processos disciplinares, a regulamentação da publicidade profissional e o fortalecimento da conscientização sobre a importância da ética no exercício da advocacia. Com efeito, o próprio Poder Judiciário vem empenhando esforços na criação de mecanismos de identificação dos agressores, como também criando recomendações que estimulem a resolução extrajudicial de conflitos. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi determinante para remodelar a cultura litigante ao emitir a Recomendação nº 159/2024, que orienta os tribunais a adotarem mecanismos de filtragem e controle de processos, especialmente no caso de ações repetitivas ou manifestamente infundadas.

Também determina sanções aos predadores identificados, tais como multas por litigância de má-fé e expedição de ofícios ao órgão de classe para instauração de procedimento ético-disciplinar. Além disso, um dos grandes avanços da Recomendação 159 é o incentivo ao uso de meios alternativos de resolução de conflitos, como conciliação e mediação, para evitar o aumento do número de litígios no Judiciário. Para além dos caminhos ditados pelo CNJ, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) emitiu a Nota Técnica nº 12/2024, estabelecendo mecanismos e orientações específicas para coibir a atuação de advogados que

utilizam práticas irregulares, como o assédio à parte contratante, a interposição de recursos desnecessários e o abuso do direito processual, com a intenção de gerar um volume excessivo de processos e, conseqüentemente, obter vantagens ilícitas.

Essa iniciativa representa uma atuação proativa do TJMG no sentido de preservar a dignidade da profissão, evitando que a advocacia seja utilizada como ferramenta de abuso e de enriquecimento ilícito. O Tribunal de Justiça de São Paulo, cuja litigância predatória domina mais de 300 mil novos processos a cada ano - que acarretam prejuízo anual superior a R\$ 2 bilhões -, criou o Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demandas (Numopede), ligado à Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, com objetivo basilar de monitorar ações que, por seus atributos, impactam na organização dos serviços judiciais. Sua função não reside no julgamento das ações envolvendo casos possivelmente irregulares, mas, sim, na reunião de dados estatísticos para identificar os perfis agressores e apresentá-los aos magistrados.

Referidas ações institucionais têm trazido maior segurança aos magistrados na hora de identificarem a conduta questionável, como também na adoção de mecanismos processuais para sua aferição e, principalmente, para aplicação de sanções. Prova disso é o crescente número de decisões espalhadas por todo o Brasil, reconhecendo a prática e aplicando severas sanções aos patronos. Um outro mecanismo importante para detectar padrões de litigância predatória é a crescente digitalização dos processos. O uso da inteligência artificial e de sistemas automatizados permite aos tribunais analisarem grandes volumes de dados, identificando irregularidades na propositura de demandas e criando alertas preventivos para casos suspeitos. Com essa importante tecnologia, é possível traçar perfis de advogados e escritórios reincidentes, agilizando a fiscalização. No entanto, a mudança fundamental para erradicar a advocacia predatória deve partir da própria classe advocatícia. O compromisso com a ética e a responsabilidade profissional não pode depender apenas de regulamentações externas ou de punições disciplinares. É imperativo uma atuação conjunta entre Poder Judiciário, OAB, advogados e sociedade, garantindo que o direito de acesso à justiça seja exercido com responsabilidade e respeito.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia do Comediante - 26 de Fevereiro

Fazer rir não é brincadeira. É preciso talento para que predominem a comicidade, o sorriso e a alegria. E neste dia 26 é mais uma data feliz no calendário dos profissionais do riso: o Dia do Comediante.

A profissão de comediante (não de humorista, há diferenças – leia mais a seguir) vem da Grécia Antiga, onde surgiram os teatros de tragédias e comédias, feitos com máscaras. Com o passar dos anos, a carreira começou a ser mais aceita nos teatros e televisão, surgindo aí o humorista (um pouco mais formal) e o famoso stand-up comedy, um sucesso nos teatros.



Em 2015, a ex-presidente Dilma Rousseff sancionou uma



CLIPPING

DATA
26.02.2025

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
25 de 25

RESPONSÁVEL
Iris Helena

lei, sugerida pelo deputado José Airton Cirilo (PT-CE), que institui o dia 12 de abril como o Dia do Humorista. A data, não por acaso, marca também o aniversário de Chico Anysio, que deixou saudades com seus marcantes personagens na TV.

Origem

O nascimento da comédia vem da Grécia Antiga, onde eram feitas, periodicamente, encenações com cânticos, que deram origem ao teatro grego e aos seus dois modelos de narrativa: a tragédia e a comédia. A comédia, veio da palavra “komoidia”, que é a junção de duas palavras: “komos” (profissão jocosa, engraçada) e “oidé”: canto. Ou seja, comédia, nada mais é do que um “canto engraçado”.